

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO PREVINI – 2021.

Às catorze horas do dia vinte e seis de outubro do ano de 2021 compareceram para a décima reunião referente ao corrente exercício, atendendo a convocação realizada pelo Secretário do Comitê de Investimentos - COMIN, Sr. Eduardo de Oliveira, devidamente publicada nos atos oficiais do Município, os seguintes membros do Comitê de Investimentos do PREVINI, de acordo com o estabelecido no art. 98 da Lei Municipal 4419/2014 e em atendimento ainda a Portaria 003/2021, de 05 de janeiro de 2021: Sr. Eduardo de Oliveira, Sr. Leonardo de Faria Torres, Sr. Marcello Raymundo de Souza Cardoso, Sra. Andrea Ribeiro Rodrigues e Sr. Fabrício Martins Carvalho da Silva, para deliberarem, em reunião ordinária e em atendimento ao que dispõe o art. 99 da Lei Municipal 4419/2014, sobre a pauta a seguir: **a) ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS:** Este item tem como base o relatório emitido pela consultoria financeira Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários LTDA, referente ao mês sob verificação, o qual será anexado a esta ata. Feita a análise conjunta pelos componentes do COMIN foi verificado por todos que os investimentos vinculados ao art. 7, IV, "a" estão fora de enquadramento e portanto devem ser realizados ajustes sobre esses, bem como sobre o fundo Itaú Institucional FI RF Referenciado DI, reduzindo a alocação para estes fundos ao teto de 20% de todo o patrimônio, o que deverá ocorrer frente ao disposto no item "c". Importante ressaltar que, apesar de constar em sistema restrição a alocação de mais de 20% do capital em um único fundo a Secretaria de Previdência tem permitido tal movimentação em virtude do que dispõe o art. 7, I, "b" da Resolução 3922. **b) ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS DO PREVINI:** Sobre este item foram apresentados documentos emitidos pela Crédito & Mercado Gestão de Valores Mobiliários Ltda., empresa que presta consultoria ao Instituto, demonstrando a composição da carteira, o enquadramento já citado no item "a" de acordo com a Resolução 3922/2010 e a Política de Investimentos, a distribuição dos recursos do Instituto, consulta rentabilidade e risco da carteira e o resultado das aplicações financeiras após as movimentações. O primeiro documento, que demonstra a composição da carteira, ilustra o capital total aplicado no valor de R\$ 1.447.949,90 (um milhão quatrocentos e quarenta e sete mil novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos), demonstrando um acréscimo patrimonial de aproximadamente 0,1048% (zero vírgula mil e quarenta e oito décimos de milésimo por cento) em relação ao valor disposto no mês anterior, que era de R\$ R\$ 1.449.468,45 (um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). A tela de sistema referente ao enquadramento à Resolução 3922/2010 e à Política de Investimentos aponta que do total aplicado, 92,15% (noventa e dois vírgula quinze por cento) estão alocados em renda fixa e 7,85% (sete vírgula oitenta e cinco por cento) estão alocados em renda variável. O documento referente ao retorno e meta atuarial demonstra um retorno de R\$ -1.518,55 (menos um mil quinhentos e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), referente a -0,10% (menos zero vírgula dez por cento) de rentabilidade, resultando em 16,83% (dezesseis vírgula oitenta e três por cento) de atingimento de meta atuarial no ano. Foi apresentado pela Sra. Márcia, Chefe da Contabilidade, valores referentes as receitas, no total de R\$ 14.936.268,34 (catorze milhões novecentos e trinta e seis mil duzentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos), e as despesas, sendo R\$ 14.742.869,57 (catorze milhões setecentos e quarenta e dois mil oitocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) referente a despesa com folha de benefícios e R\$ 541.749,96 (quinhentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e seis centavos) referente a despesas administrativas. **c) ASSUNTOS DIVERSOS:** Iniciadas as discussões dos

assuntos diversos foi realizada breve análise do cenário macroeconômico, com enfoque inicial na inflação, crescimento do PIB e taxa de juros, tomando por base o relatório de mercado Focus do Banco Central do Brasil de 22 de outubro de 2021. De acordo com o relatório, observamos uma permanente piora no cenário econômico do país. Da leitura daquele documento nota-se que a expectativa para a inflação medida pelo IPCA passou para 8,96% (oito vírgula noventa e seis por cento), ante cenário do mês anterior de 8,45% (oito vírgula quarenta e cinco por cento). O crescimento do PIB passou a ter uma expectativa de 4,97% (quatro vírgula noventa e sete por cento) contra 5,04% (cinco vírgula zero quatro por cento) anterior. Já a taxa Selic foi revista para 8,75% (oito vírgula setenta e cinco por cento) para o fim do período. Neste ponto vale destacar que revendo as atas deste colegiado, relativas a períodos anteriores, podemos observar que no mês março trabalhávamos com um cenário base de SELIC em 5,00% ao final do ano. Considerando que na última reunião do COPOM, realizada no dia 27/10/2021, houve um aumento de 1,5% na taxa básica de juros, sendo fixada em 7,75%, e ainda com perspectiva de nova alta de 1,5% para a próxima reunião, possivelmente encerraremos o ano com uma taxa de no mínimo 9,25%, ou seja, acima das expectativas do mercado contidas no relatório. O cotejo do cenário atual com as análises constantes nas atas anteriores demonstra que num curto interregno houve uma mudança acentuada de cenários, dificultando o planejamento dos investimentos. Analisando a carteira deste Instituto de Previdência observamos que os resultados vem sendo impactados pelo constante agravamento do cenário econômico, conforme acima apontado, culminando com um retorno negativo de 0,10% no mês sob análise. O resultado foi impactado negativamente principalmente pelo desempenho dos fundos de renda variável Caixa Dividendos FI Ações e o Fundo Itaú Phoenix, apresentando resultados de -4,57% e -8,10% respectivamente, devendo ser ressaltado que na reunião referente ao mês anterior já era observada uma continuidade na retração dos retornos. Diante dos resultados apresentados pela carteira durante o mês de setembro, ora analisado, e ainda diante de uma perspectiva de aumento de inflação e juros, sugerem os membros do COMIN que o Gestor mantenha atenção a possível escalada inflacionária e seus reflexos na taxa Selic, mormente considerando os riscos fiscais que se noticiam com um possível rompimento do teto orçamentário. Nesse diapasão o Sr. Eduardo informou que em diálogo com a Presidência foi informado que há a possibilidade de investimentos de monta próxima a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo verificada a distribuição deste patrimônio dentro da carteira do PREVINI e apresentada até a próxima quinta para a realização das alocações, se comprometendo este comitê em produzir análise a respeito. Ainda com a palavra o Sr. Eduardo informou sobre a Política de Investimentos 2022, informando que, em relação a política atual, não houve alterações que mereçam destaque, sendo importante ilustrar a meta atuarial, que, como já citado acima, tem cada vez mais barreiras para seu atingimento, destacando que raríssimos RPPS no Brasil conseguirão atingir a meta nesse exercício frente aos transtornos políticos/econômicos recorrentes, esses, mais uma vez citando, já mencionados, devendo ser destacado ainda que o ano que vem é ano de eleição e isso deverá contribuir mais ainda para a instabilidade econômica, o que deverá resultar em mais dificuldades na busca pela meta atuarial, apesar de que em períodos como esse temos a possibilidade de fortalecimento dos investimentos em renda fixa e assim possa ser que tenhamos resultados mais equilibrados do que no presente exercício, o que é motivo de esperança. Voltando a meta atuarial para o ano de 2022 foi transmitido que essa é obtida por meio de consulta ao atuário que assessora o PREVINI, sendo informado que a meta, baseada no que preceitua a Portaria SPREV 6132/2021, é de 4,77% (quatro vírgula setenta e sete por cento), sendo levado em consideração para alcançarmos esse percentual a evolução de

duração do passivo apresentado na última avaliação atuarial, este em 13,17 (treze vírgula dezessete) anos, ou seja, seria esse o período estimado de duração do passivo do Instituto, para que este seja zerado, o que é revisto anualmente. E como ninguém mais quis fazer uso da palavra o Secretário do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo de Oliveira, encerrou a reunião e lavrou a respectiva ata que, após lida e aprovada, vai assinada por todos.

Marcello Raymundo de Souza Cardoso
Presidente

Eduardo de Oliveira
Secretário

Andréa Ribeiro Rodrigues
Componente

Fabrcio Martins Carvalho da Silva
Componente

Leonardo de Faria Torres
Componente